

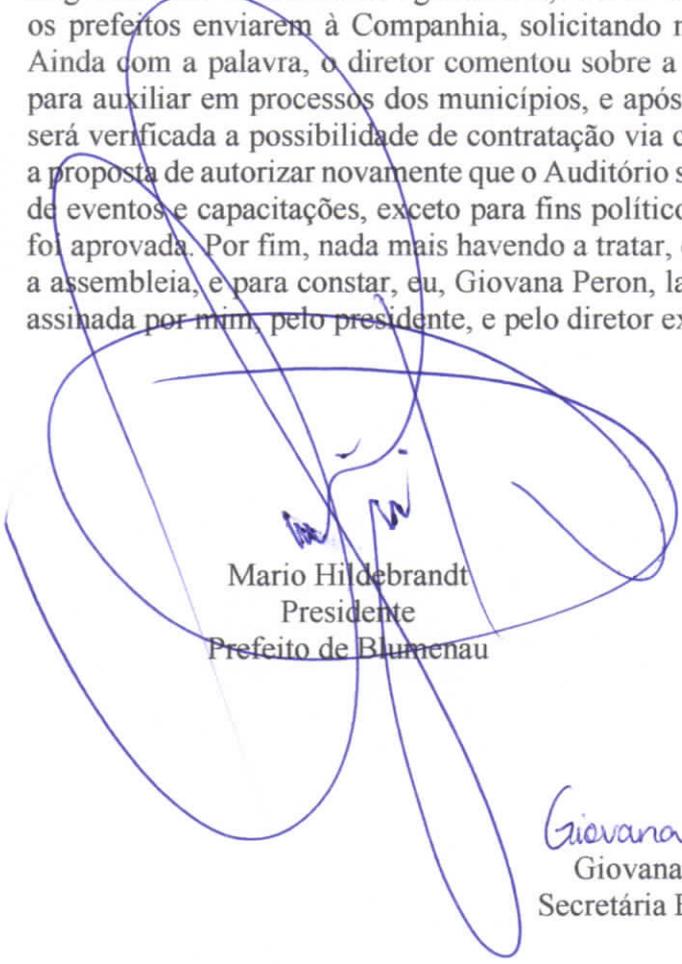
1 **ATA DA 515ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS**
2 **DO VALE EUROPEU – AMVE, REALIZADA NO DIA 11 DE OUTUBRO DE DOIS MIL E**
3 **VINTE E TRÊS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às 13 horas e 30 minutos, na sala Vale
5 Europeu da Amve em Blumenau/SC, realizou-se a quingentésima décima quinta Assembleia Geral
6 Ordinária da Associação de Municípios do Vale Europeu (Amve), presidida pelo vice-presidente
7 institucional da entidade e prefeito de Acurra, senhor Arão Josino da Silva, e secretariada por mim,
8 Giovana Peron. A assembleia ainda contou com a presença da senhora Arrabel Antonieta Lenzi
9 Murara, prefeita do município de Benedito Novo; do senhor Alcir Merizio, prefeito do município de
10 Botuverá; do senhor Hartwig Persuhn, prefeito do município de Doutor Pedrinho; do senhor Kleber
11 Edson Wan-Dall, prefeito do município de Gaspar; do senhor Valmir Zirke, prefeito do município de
12 Guabiruba; do senhor Êrcio Kriek, prefeito do município de Pomerode; do senhor Jorge Luiz Stolf,
13 prefeito do município de Rio dos Cedros; do senhor Valcir Ferrari, prefeito do município de Rodeio;
14 do senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; do senhor Cassio Murilo
15 Chatagnier de Quadros, diretor executivo da Amve; além de demais interessados. Após declarada
16 aberta a assembleia, com a constatação do quórum estatutário, o vice-presidente deu início à reunião
17 cumprimentando a todos, e apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 –
18 Aprovação da ata da assembleia anterior; 2 – LuxCS - Certificadora Carbono; 3 – Delegada Regional
19 Juliana Tridapalli; 4 – Situação das cheias nos municípios; 5 – Planejamento estratégico; 6 – Quadro
20 de pessoal da Amve; 7 – Minuta novo termo com a SEF; 8 – Assuntos gerais. Na sequência, o senhor
21 Arão Josino da Silva cumprimentou a todos, registrou e agradeceu a presença dos conselheiros do
22 Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC), senhores Wilson Wan-Dall e Aderson Flores, e foi aprovada
23 a inclusão de item na pauta para participação dos membros da Corte de Contas. Em seguida, foi dada
24 a palavra ao senhor Aderson Flores, o qual cumprimentou a todos, e informou que em atendimento à
25 solicitação do presidente do Tribunal, vieram a esta reunião para demonstrar solidariedade e a
26 disponibilidade de apoio da equipe da Corte de Contas devido a situação de enchentes enfrentadas
27 pelos municípios recentemente, especialmente no que tange a demanda legal para as situações de
28 emergência, destacando que o TCE/SC possui materiais disponíveis para auxiliar os municípios. Em
29 seguida, foi dada a palavra ao senhor Wilson Wan-Dall, o qual também destacou que o Tribunal é
30 parceiro dos municípios e está à disposição para auxiliar com quaisquer dúvidas técnicas, sendo um
31 ponto de apoio aos jurisdicionados e tendo um papel pedagógico e orientativo. Também destacou a
32 atuação da equipe técnica do Tribunal e novamente colocou todos à disposição. Em seguida, o senhor
33 Arão Josino da Silva agradeceu pela presença dos conselheiros, e destacou que nestes momentos de
34 intempéries a maior preocupação dos prefeitos é com a recuperação das áreas afetadas e a proteção
35 dos cidadãos, portanto é extremamente importante ter a compreensão e apoio do Tribunal para que
36 se cumpra a legislação nos trâmites necessários. Na sequência, o senhor Kleber Edson Wan-Dall
37 também agradeceu pela presença dos conselheiros, destacou as diferenças de tamanho e estrutura de
38 cada município da região, porém lembrou que a lei é vigente para todos, então ter o apoio do
39 TCE/SC no cumprimento dos processos é essencial. Igualmente, aproveitou o ensejo para comentar
40 sobre a temática dos royalties do petróleo, e explicou sobre a possibilidade de os municípios
41 receberem mais recursos, mas que esta questão exige processo judicial e contratação de escritório
42 especializado no tema, então surgem dúvidas quanto a este formato de contratação. Diante disto,
43 solicitou o apoio do Tribunal para encontrar uma forma de efetuar esta contratação, destacando que
44 seria fundamental aos municípios. Com a palavra, o senhor Aderson Flores reconheceu as
45 disparidades entre os municípios, e destacou que o TCE/SC está disponível para verificar a
46 possibilidade desta contratação e orientar a melhor forma de operacionalizá-la. Em seguida, o senhor
47 Êrcio Kriek destacou que esta temática dos royalties do petróleo tem grande impacto financeiro para
48 os municípios e deveria ser levada em consideração, e também destacou o olhar diferenciado da Corte
49 de Contas em situações de calamidade, que é extremamente necessário para que os prefeitos possam
50 atender os anseios da população. Novamente com a palavra, o senhor Aderson Flores ressaltou que

51 estas conversas mais próximas são extremamente necessárias, que a Associação facilita esta
52 aproximação, e destacou que será agendada reunião no TCE/SC para tratar sobre esta contratação
53 para os royalties do petróleo. Em seguida, foi dada a palavra ao senhor José Rafael Corrêa, consultor
54 em gestão fiscal e integridade da Amve, o qual destacou que já foi disponibilizado material pelo
55 TCE/SC, e também que está programado para o dia 16 de outubro às 14h um evento virtual com o
56 Tribunal para sanar dúvidas com relação a contratações, pessoal, decreto de emergência e outras
57 demandas pertinentes. Igualmente, também comentou sobre as consultas que aguardam manifestação
58 do Tribunal, e pediu apoio na solução das questões que impactam diretamente as finanças das
59 prefeituras. Na sequência, foi dada a palavra ao senhor Moisés Hoegenn, diretor de Contas de
60 Governo (DGO) do TCE/SC, o qual cumprimentou a todos e mencionou que foi disponibilizada
61 cartilha atualizada de orientações em situações de emergência e calamidade pública, abrangendo
62 contratações, responsabilidade fiscal, entre outros temas relevantes, e reforçou o convite para o evento
63 virtual de orientações para contratações emergenciais, novamente colocando o Tribunal à disposição
64 de todos. Dando seguimento à pauta, no item dois, foi dada a palavra ao senhor Pedro Guilherme
65 Kraus, representante da LuxCS, que cumprimentou a todos, fez uma breve apresentação sobre sua
66 formação e também sobre a atuação e a equipe da LuxCS, e destacou que a empresa é a primeira
67 certificadora de carbono voluntário do Brasil. Comentou sobre a compensação de emissão de gases
68 de efeito estufa e créditos de carbono, e que a empresa está em processo de licenciamento com
69 entidades internacionais para que os créditos compensados no Brasil e certificados por ela tenham
70 validade internacional. Em seguida, comentou que o Banco Central atualizou legislação permitindo
71 que os bancos contabilizem créditos de carbono como ativo financeiro, e que o Banco do Brasil
72 inclusive aceitou pagamentos em leilões com estes créditos. Comentou sobre o trâmite de
73 regulamentação no Congresso Nacional, e que na lei está previsto que 20% dos créditos dos setores
74 obrigados irão para compensação do mercado voluntário, a fim de integrar os mercados. Também
75 comentou sobre como são feitos os processos de certificação, sobre o monitoramento das áreas que
76 geram créditos de carbono, e que alguns municípios já demonstraram interesse em gerar créditos de
77 carbono com unidades de conservação pública, pois estes créditos podem ser utilizados
78 comercialmente. Em seguida, explicou como os municípios podem se beneficiar deste processo,
79 utilizando suas áreas verdes para gerar créditos de carbono, e que tais créditos podem ser utilizados
80 na área industrial e de serviços da própria cidade. Por fim, deixou os contatos da empresa à disposição,
81 e ficou aberto para novas discussões caso necessário. Com a palavra, o senhor José Rafael Corrêa
82 sugeriu abordar esta temática na próxima reunião do Colegiado de Secretários de Fazenda, para que
83 isto seja debatido de forma mais detalhada. O senhor Jorge Luiz Stolf ainda questionou sobre os
84 valores dos créditos de carbono e da quantidade por área, e o senhor Pedro Guilherme Kraus detalhou
85 estas informações. Também foi comentada a possibilidade de fazer a compensação dos resíduos
86 sólidos dos municípios enviados ao aterro sanitário. Dando seguimento à pauta, no item três, foi dada
87 a palavra à senhora Juliana Tridapalli, Delegada Regional de Polícia Civil (PC), a qual cumprimentou
88 a todos e lembrou sobre a região de abrangência da 3ª Delegacia Regional. Destacou a amplitude
89 do trabalho da Polícia Civil, inclusive no âmbito social, e ressaltou que nos últimos anos houve
90 abertura de diversas delegacias especializadas, como de proteção à criança, adolescente, mulher e
91 idoso, de trânsito, crimes ambientais, maus-tratos, entre outras. Igualmente, lembrou que a PC vem
92 trabalhando em parceria com os municípios há longa data, envolvendo as secretarias de educação,
93 assistência social e saúde, e solicitou que seja verificada a possibilidade de apoio financeiro para a
94 manutenção das delegacias, pois os recursos destinados pelo Governo do Estado são insuficientes
95 para custear as despesas de todas as delegacias do estado. Destacou que o detalhamento de valores e
96 formato podem ser discutidos de forma mais aprofundada, e será apresentada proposta a cada
97 município individualmente. Igualmente, reiterou que a Delegacia está de portas abertas, e agradeceu
98 pelo apoio e disponibilidade. Com a palavra, o senhor Arão Josino da Silva elogiou o trabalho da PC
99 em Ascurra e na região, e também comentou sobre a burocracia para firmar convênio entre o
100 município e a Delegacia Regional, então solicitou que seja verificada a possibilidade de facilitar os

101 processos. Dando seguimento, foi incluso item na pauta e foi dada a palavra ao senhor José Rafael
102 Corrêa, que comentou sobre o acompanhamento das pautas referentes aos recursos dos municípios,
103 relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e ao Fundo de Participação
104 dos Municípios (FPM), destacando ainda que está tramitando no Congresso uma proposta de Emenda
105 Constitucional (EC) que prevê compensação de valores. Também comentou sobre a evolução do
106 Fundeb e do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), e abordou a questão da
107 curva de gastos com pessoal dos municípios. Informou ainda que foi encaminhado material com
108 propostas à Confederação Nacional de Municípios (CNM), referentes à compensação de ICMS feita
109 pelo Estado e que deve ser repassada aos municípios, a tramitação de projetos de lei que preveem a
110 desvinculação da folha de pagamento em alguns tipos de despesa, as discussões a respeito da EC
111 109/2021, do índice de previdência pago pelos municípios, da Desvinculação de Receitas de Estados
112 e Municípios (DREM), e do pagamento de precatórios pelos municípios. Em seguida, lembrou que
113 a Amve formou um grupo para discutir as questões da reforma tributária que está em trâmite,
114 especialmente no que tange as compras governamentais, a questão da participação no Conselho
115 Federativo e a representação dos municípios, entre outras pautas. Em seguida, apresentou uma
116 proposta de Emenda, com diversas proposições e as devidas justificativas, propondo que seja enviada
117 ao Fórum Parlamentar Catarinense; após deliberação, o envio foi aprovado. Já passando ao item
118 quatro, o senhor Arão Josino da Silva destacou que os eventos climáticos serão cada vez mais
119 frequentes na região, e é necessário que a Associação priorize a pauta da Defesa Civil, em especial
120 para dar apoio técnico aos municípios menores, então enfatizou a necessidade de contratar um
121 consultor nesta área para servir como referência. Com a palavra, o senhor Valcir Ferrari comentou
122 que será encaminhado trabalho pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI) para
123 reunir os técnicos dos municípios a fim de revisar os Planos de Contingência Municipais e elaborar
124 planos de trabalho para os eventos climáticos. Novamente com a palavra, o prefeito de Ascurra
125 lembrou que o trabalho da Amve é promover a gestão e organização das políticas públicas, e que após
126 esta construção, caso haja necessidade de equipe técnica, o consórcio pode fazer este papel, então
127 sugeriu que a Amve lidere a discussão da política de Defesa Civil, e caso seja verificada a necessidade
128 de um serviço regionalizado, que seja feito através do consórcio. Com a palavra, o senhor Cassio
129 Quadros comentou sobre as discussões para aproveitar a estrutura de monitoramento que a prefeitura
130 de Blumenau já possui, e também falou sobre o sistema que será apresentado por meio da parceria
131 com o IMREDD da França, que também poderá auxiliar neste trabalho. Com a palavra, o senhor
132 Ércio Kriek reiterou a importância da parceria com Blumenau para aproveitar a estrutura já existente,
133 e que é necessário investir na formação dos servidores públicos. O diretor executivo da Amve
134 complementou que a contratação da consultoria pela Associação também prevê esse trabalho de
135 capacitação além da elaboração de planos e protocolos, e que a parceria com Blumenau é no sentido
136 de cada município ter informações mais detalhadas a respeito de sua realidade. Dando seguimento à
137 pauta, no item cinco, o diretor executivo da Amve lembrou sobre o planejamento estratégico da
138 Associação, e solicitou que os prefeitos indiquem servidores para participarem das oficinas de
139 discussão, a fim de auxiliar nos debates a respeito das demandas levantadas. Já passando ao item seis,
140 foi dada a palavra ao senhor Alexandre Carvalho Brigido, advogado da Amve, o qual lembrou sobre
141 a discussão para alterar o Quadro de Pessoal, e que foi finalizada a proposta de processo seletivo,
142 prevendo a contratação de um contador, um gerente administrativo, e um assistente administrativo, o
143 qual será lançado em novembro para contratação no início do próximo ano. Referente ao item sete, a
144 senhora Márcia Zilá Longen, assessora de tributação da Amve, comentou sobre a atualização proposta
145 pela Secretaria de Estado da Fazenda no convênio firmado com os municípios, que trata
146 principalmente sobre a emissão de nota de produtor rural. Citou que as principais mudanças são
147 referentes à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), mas também estão previstas modificações que
148 repassam muita responsabilidade aos municípios no que tange a fiscalização de obrigações do Estado.
149 Diante disto, foram debatidas e enviadas diversas sugestões de alteração, a fim de viabilizar o
150 convênio e não onerar os municípios. Tratando dos assuntos gerais, o senhor Cassio Murilo

151 Chatagnier de Quadros lembrou que no mesmo final de semana das cheias foram realizadas as
152 Olimpíadas de Matemática, e devido a impossibilidade de participação de alguns alunos atingidos,
153 será enviado ofício solicitando que eles tenham nova oportunidade de realizar as provas. Em seguida,
154 no que tange a questão dos royalties, que na realidade é uma indenização por possível dano ambiental,
155 o diretor executivo da Amve destacou que a assessoria jurídica da Amve vai elaborar parecer jurídico
156 quanto à contratação de escritório para esta demanda. Ainda em assuntos gerais, o diretor executivo
157 comentou que alguns municípios receberam correspondências da CASAN com relação a renovação
158 de contratos, e a recomendação é para que nenhum município assine a renovação, pois os termos não
159 estão claros, e também há entendimento de que isso não é possível legalmente, devido ao novo Marco
160 Regulatório do Saneamento. Igualmente, informou que a AGIR elaborou uma minuta de ofício para
161 os prefeitos enviarem à Companhia, solicitando maiores informações e detalhamento da questão.
162 Ainda com a palavra, o diretor comentou sobre a contratação de assessoria econômica pela Amve
163 para auxiliar em processos dos municípios, e após discussão entre os prefeitos, ficou acordado que
164 será verificada a possibilidade de contratação via consórcio. Em seguida, o diretor executivo trouxe
165 a proposta de autorizar novamente que o Auditório seja locado para entidades privadas para realização
166 de eventos e capacitações, exceto para fins políticos, e após discussão entre os prefeitos, a proposta
167 foi aprovada. Por fim, nada mais havendo a tratar, o senhor Arão Josino da Silva declarou encerrada
168 a assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será
169 assinada por mim, pelo presidente, e pelo diretor executivo da Amve.



Mario Hildebrandt
Presidente
Prefeito de Blumenau



Cassio Murilo Chatagnier de Quadros
Diretor Executivo

Giovana Peron
Giovana Peron
Secretária Executiva

170